

A “Boa Mãe”: identidades construídas nas narrativas de parto do blog *Relatos de Parto*¹

Renata ALCALDE²

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP.

Resumo

Neste artigo propomos uma observação crítica de um fenômeno que vem crescendo no Brasil nos últimos anos: a pauta do parto natural humanizado. O protagonismo da mãe, o respeito à natureza feminina e depoimentos de mulheres que registram seus respectivos partos como “violência obstétrica” envolvem as discussões acaloradas nas mídias sociais. O objetivo deste artigo é refletir sobre a constituição de identidades de mães que optam por ter um parto natural humanizado e registram a experiência na internet. Para compreender um pouco mais sobre este tema, o blog *Relatos de Parto*, da fotógrafa e doula Leila Beltrão, nos servirá como objeto para análise interpretativa. Dialogaremos com autores como: Giddens (2002), Gregolin (2008), Hall (2000), Scavone (2001), Scott (1995) e Woodward (2009).

Palavras-chave: Comunicação e Consumo; Parto Natural Humanizado, Identidade; Gênero.

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Gêneros, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo no PPGCOM | ESPM/SP, desde fevereiro/2017. Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade de Marília, SP (2001); Graduada em Comunicação Social (PP, PUC/Campinas, dez. 2003). E-mail: renata.alcalde@espm.br

Introdução

Nos últimos anos a discussão sobre parto natural e parto humanizado virou pauta no Brasil. O protagonismo da mãe, o respeito à natureza feminina, e depoimentos de mulheres que registram seus respectivos partos como “violência obstétrica” envolvem os acalorados debates nas mídias sociais. As mães que optam pelo parto natural fazem questão de registrar suas experiências, expondo fotos e vídeos nas redes sociais na internet. O objetivo deste artigo é refletir sobre a constituição de identidades de mães que optam por ter um parto natural e registram a experiência na internet.

Por que as mães fazem questão de publicar este momento da vida? Por que resolvem abrir algo tão íntimo para uma multidão de desconhecidos? Seria a experiência do parto natural, com mínima (ou nenhuma) intervenção médica, uma maneira de se expressar como uma “boa mãe”? A importância dada a dor de “parir”, demonstrada nos relatos e nas fotos íntimas e das expressões faciais, exerce um peso na constituição da identidade de mãe?

Para compreender um pouco mais sobre este tema, o blog *Relatos de Parto*³, da fotógrafa e doula Leila Beltrão, nos servirá como objeto para análise interpretativa. O blog traz depoimentos e fotos de quatorze mães sobre o momento do nascimento do filho – todos nascidos de parto natural humanizado, sem intervenções médicas. A discussão teórica se fundamentará, principalmente, em Anthony Giddens (2002), Kathryn Woodward (2009), Stuart Hall (2000; 2006; 2016), Lucia Scavone (2001) e Joan Scott (1995).

O projeto reflexivo do eu e a identidade na modernidade tardia

Giddens (2002) traz em *Modernidade e Identidade* o período em que vivemos e que intensas transformações ocorridas especialmente após a metade do século XX, resultaram em uma nova ordem social “pós-moderna”, mais dinâmica do que as sociedades tradicionais ou pré-modernas. Apesar de utilizar o termo “pós-moderno”, o autor não emprega o termo para definir uma evolução da modernidade, como se esta

³ Disponível em: < <https://relatosdeparto.com> > Acesso em 06 jan. 2019.

estivesse ultrapassada; por isso, prefere utilizar expressões como “mundo moderno tardio”, “alta modernidade” ou ainda, “ordem pós-tradicional da modernidade”. Entre as maiores diferenças entre a modernidade e o “mundo moderno tardio”, temos a soberania do Estado Nacional e a clara divisão entre sociedade e natureza na primeira; e os riscos eminentes de crises ecológicas, devido ao avanço da tecnologia e dos bens de consumo, e os processos de globalização intensificados por meio do avanço dos transportes e dos meios de comunicação, na segunda.

Colocando a globalização como um gatilho importante, Giddens (2002) destaca três elementos responsáveis pela aceleração ocorrida na vida moderna: O autor aponta primeiro a separação entre tempo e espaço, que leva à redução da dependência entre um e outro, possibilitando que os sujeitos ajam fora de seus contextos locais, atingindo o contexto global. O que estrutura o espaço neste processo é a “interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais ‘à distância’ com contextualidades locais” (GIDDENS, 2002, p.27). Este deslocamento das relações sociais dos seus contextos locais faz parte do que Giddens (2002) denomina como “mecanismos de desencaixe” – o segundo fator que contribuiu para as mudanças na modernidade.

Estes mecanismos atuam como sistemas peritos (abstratos e simbólicos) que atuam como alicerce para um terceiro elemento fundante da modernidade tardia: a radicalização da reflexividade, tornando o “eu” um projeto construído reflexivamente, constantemente revisado e recriado junto às práticas sociais. “A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e, portanto, com o eu” (GIDDENS, 2002, p.9).

O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto da múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir da diversidade de opções. Certamente existem também influências padronizadoras – particularmente na forma da criação da mercadoria, pois a produção e a distribuição capitalistas são componentes centrais das instituições da modernidade [...]. O planejamento de vida reflexivamente organizado, que normalmente pressupõe a consideração de riscos filtrados pelo contato com o conhecimento especializado, torna-se uma característica central da estruturação da auto-identidade” (GIDDENS, 2002, p.12-13).

A estruturação da auto-identidade faz parte do projeto reflexivo do eu – característica básica da alta modernidade – que leva o sujeito a escolher um ou mais estilos de vida para se identificar.

Em *Identidade e Diferença*, Kathryn Woodward (2009) descreve que as identidades estão em crise porque na modernidade tardia as estruturas tradicionais de pertencimento, como as relações de classe e o estado-nação, foram questionadas. Para a autora, os “novos movimentos sociais”, surgidos após a década de 1960, passaram a adotar uma postura não essencialista a respeito da identidade. Esses movimentos questionam, em primeiro lugar, o “reducionismo de classe” na constituição das identidades, enfatizando que raça, etnia, gênero e sexualidade atravessam o pertencimento de classe, tornando as divisões sociais muito mais complexas. Em segundo lugar, questionam “[...] o essencialismo da identidade e sua fixidez como algo ‘natural’, isto é, como uma categoria biológica” (WOODWARD, 2009, p.37). A subversão da estabilidade das categorias biológicas e as contraposições aos binarismos ainda existentes, se tornam a maior contribuição das mudanças na política de identidade.

Estas novas maneiras de pensar a identidade, a partir de um sujeito reflexivo e de identidades fluidas, se encaixam também na concepção de identidade do sujeito pós-moderno proposto por Stuart Hall (2006) em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*. Um dos teóricos fundamentais do estudo da modernidade, Hall (2006) apresenta três concepções de identidade: a do sujeito iluminista, cuja identidade é compreendida de maneira essencialista, sendo única e permanente desde o nascimento; a do sujeito sociológico que, embora ainda acredite em uma essência interior (um “eu” real), percebe que a identidade pode ser modificada quando entra em contato com o “mundo exterior”, ou seja, ela também se constrói na interação entre o eu e a sociedade; e a concepção do sujeito pós-moderno, que reverte o essencialismo e a ideia de identidade fixa ou permanente. Ela “torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2006, p.13).

Em *Quem precisa da identidade?* Hall (2000) expõe que a partir do século XX, o conceito de identidade passou por várias desconstruções em áreas disciplinares diversas. Esta “crise da identidade” se deu, justamente, por todo este colapso que os processos

históricos e instituições sociais que sustentavam certas identidades fixas passaram desde então, abrindo espaço para novas identidades, forjadas, muitas vezes, por meio de contestações de dimensão política. De uma forma ou outra, as áreas disciplinares são unânimes em criticar a ideia essencialista de uma identidade local, única e imutável. Hall (2000, p.109) deixa claro que não pretende superar ou substituir conceitos anteriores de identidade em sua pesquisa, mas sim pensar o sujeito – em sua atual posição de fragmentação – e a constituição das identidades “[...] produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas”.

Sem um caráter fixo, a identidade se transforma constantemente. Por isso, o autor defende a produção das identidades por meio dos discursos.

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou “fixação” do sujeito ao fluxo do discurso (HALL, 2000, p.111-112).

Em *Cultura da Representação*, outra produção de Hall (2016), o autor discute com mais intensidade a questão da identidade produzida por meio dos fluxos discursivos e da atribuição de significados: “O sentido é o que nos permite cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e a quem ‘pertencemos’. [...] O sentido é constantemente elaborado e compartilhado em cada interação pessoal e social da qual fazemos parte” (HALL, 2016, p.21-22). A partir das ideias de Hall, Woodward (2009) afirma que não há como estudar identidade excluindo-se o contexto cultural. A autora afirma que a identidade é relacional e que depende da diferença, da exclusão, daquilo pelo qual o sujeito não se identifica. “Precisamos examinar a forma como a identidade se insere no ‘circuito da cultura’ bem como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com a discussão sobre a representação (WOODWARD, 2009, p.15).

Hall (2016) defende que uma das práticas centrais na produção da cultura é a representação. “Em termos simples, cultura diz respeito a ‘significados compartilhados’. Ora, a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual ‘damos sentido’ às

coisas, onde o significado é produzido e intercambiado” (HALL, 2016, p.17). De acordo com ele, a linguagem funciona como um “sistema representacional”, o que a torna essencial nos processos onde os significados são produzidos. “Nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as *representamos*”, aponta Hall (2016, p.21, grifo do autor).

Segundo Woodward (2009, p.17),

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.

Além da linguagem, os discursos são também produzidos nas diferentes mídias, sistemas de comunicação, nas práticas e bens de consumo – todos funcionam também como sistemas de representação e, por isso, produtores de sentidos atuantes na constituição das identidades. Woodward (2009) ressalta a existência de relações de poder que estão envolvidas nestes sistemas de representação e questiona o porquê de alguns significados serem preferidos em detrimento de outros. Quem define ou como se define quem é incluído e quem é excluído em um sistema de significados compartilhados? “Precisamos, ainda, explicar por que as pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas. Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem”? (WOODWARD, 2009, p.14).

A autora defende que as dimensões simbólica, social e psíquica contribuem para explicar como as identidades são formadas, mantidas, vistas como “certas” ou “erradas”. Os sistemas de representação, especialmente a mídia, nos oferece “[...] identidades das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso. A mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular – o adolescente ‘esperto’, o trabalhador em ascensão ou a mãe sensível”, assinala Woodward (2009, p.17).

Giddens (2002, p.12) também consente que na alta modernidade “a mídia desempenha um papel central e constitutivo”, influenciando diretamente a identidade e as

relações sociais. “A familiaridade gerada pela experiência transmitida pela mídia pode talvez, com frequência, produzir sensações de ‘inversão da realidade’: o objeto ou evento real, quando encontrado, parece ter uma existência menos concreta que sua representação na mídia” (GIDDENS, 2002, p.31). Além disso, complementa dizendo que “[...] os meios de comunicação não espelham realidades, mas em parte as formam” (idem, p.32).

Gregolin (2008) explica que tanto a mídia quanto os demais sistemas de representação fornecem *materialidade* aos discursos. É a partir dessa materialidade discursiva que o sujeito se constitui. O trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia “[...] cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhadas pelos *mitos* – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos” (GREGOLIN, 2008, p.94).

Podemos dizer que essas funções são asseguradas pelos “sistemas peritos” presentes na modernidade tardia (GIDDENS, 2002), ou pelos “sistemas de representação” (HALL, 2016; WOODWARD, 2009) – do qual a mídia se faz presente – oferecendo o que Gregolin (2008, p.95) coloca como um enorme leque de “[...] modelos difundidos e impostos socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas. Socialmente úteis, as matrizes identitárias estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito em uma comunidade imaginada”.

Na alta modernidade os sujeitos precisam transitar entre identidades, muitas vezes conflitantes entre si, para se adequar às diferentes instituições e contextos por onde circulam. Woodward (2009, p.30) elucida que mesmo que nos percebamos como sendo sempre uma “mesma pessoa”, não é difícil perceber que “[...] somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo. Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais”.

Nos representamos diante dos outros de acordo com as expectativas, restrições sociais e práticas discursivas envolvidas em diferentes situações e contextos. A dificuldade dentro deste processo é quando surgem tensões entre “expectativas” e “normas sociais”. Utilizando o próprio exemplo dado por Woodward (2009, p.32), “[...] espera-se que as mães sejam heterossexuais. Identidades diferentes podem ser construídas como ‘estranhas’ ou ‘desviantes’”. Os “modelos” produzidos pelos discursos dominantes criam padrões rígidos, interferindo na escolha da própria identidade do sujeito. É aqui que entra a problemática da identidade de “mãe” que discutimos neste artigo. Em nossa

sociedade moderna ocidental, espera-se que a mãe seja heterossexual, fazendo com que as mães homossexuais sejam combatidas e excluídas. Da mesma forma que uma mulher que não manifeste o desejo de ser mãe, passa a ser vista com estranhamento e hostilidade. Neste sentido, a identidade da “mulher mãe” vai contra a ideia de projeto reflexivo da modernidade ao se aproximar da visão identitária essencialista e ligada aos aspectos biológicos do sujeito.

A construção de uma identidade cultural para “mãe”

Para compreendermos a representação identitária em relação à “mulher mãe”, recorreremos às teóricas feministas, já que a desconstrução da maternidade como um determinismo biológico se deve muito ao movimento e aos estudos feministas, particularmente àqueles da década de 1960. Em seu artigo *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais*, Lucia Scavone (2001) traça um breve histórico de como a perspectiva feminista encarou a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: “o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina” (SCAVONE, 2001, p.138).

A identidade da mulher relacionada ao aspecto biológico da maternidade é marcada pela naturalização, pelo biológico, ou seja, é algo inquestionável, já que lhe foi dada pela natureza e, caberia a ela aceitar e cumprir sua função como mãe. Nesta linha de raciocínio, devido às funções reprodutivas de seu corpo, a identidade feminina permanece ligada à natureza, enquanto a masculina estava mais ligado à cultura. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade.

Por isso a maternidade foi alvo de muitos estudos entre as teóricas feministas e passou por três diferentes momentos. De acordo com Scavone (2001), em um primeiro momento a maternidade foi reconhecida como um “defeito natural”, um problema que confinaria as mulheres sob o domínio dos homens. A recusa da maternidade foi o primeiro passo para as mulheres buscarem uma identidade mais ampla, buscando igualdade entre os sexos e rompendo com a premissa que definia a identidade da mulher pelo aspecto da natureza biológica.

Já no segundo momento as mulheres passaram a negar a ideia de maternidade como defeito, transformando-a em um “poder” que apenas as mulheres possuem. A luta seria pela afirmação das diferenças, do poder e da identidade feminina, como explica Scavone (2001). Finalmente, em um terceiro momento, ocorre a desconstrução dos pensamentos anteriores, defendendo que não seria o fato biológico da maternidade o determinante da identidade e da posição social das mulheres, mas os significados que são atribuídos à maternidade. “Apesar da crítica feminista ter partido da constatação da diferença biológica entre os sexos, considerando-a um defeito, ela acaba mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente” (SCAVONE, 2001, p.141).

Foi com a introdução do conceito de *gênero* que as feministas chegaram a uma compreensão relacional da maternidade, defendendo a construção social para entender as diferenças entre os sexos e para “sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens” (SCOTT, 1995, p.85). A historiadora feminista Joan Scott (1995) esclarece que a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Antes disso, o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido.

Para Scott (1995, p.76) o uso de gênero como categoria analítica “ênfatisa todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”. Além disso é uma forma de dar significado às relações de poder.

O termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, no fato de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias [*sic*] sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. [...] “Gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p.75).

A perspectiva de gênero possibilitou compreender a maternidade como um sentido histórico, cultural e politicamente construído, resultado das relações de poder e

dominação de um sexo sobre o outro. Scavone (2001, p.142) ressalta que esta abordagem contribuiu para a compreensão da maternidade no contexto complexo das sociedades contemporâneas, “[...] tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo”. Como exposto anteriormente, a mídia, em conjunto com os demais sistemas de representação da modernidade, foi de fundamental importância para disseminar as características das identidades femininas, dentre as quais se destaca aqui a da condição de mãe.

As narrativas de parto natural no blog *Relatos de Parto*

Segundo Giddens (2002) o projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, visto que na modernidade tardia a noção de estilo de vida assume um significado particular. Desta forma, o registro do parto por meio de fotos, vídeos ou relatos, pode ser encarado como uma narrativa que corrobora na constituição da identidade daquela mãe. Essa publicização de uma experiência tão íntima pode ser uma tentativa de chamar a atenção para a produção de uma identidade de “boa mãe”: o prazer em mostrar que é uma mãe protagonista, “empoderada”, “forte” e “realizada”. Aspectos que remetem à natureza (biologia) do sexo feminino são enaltecidas, contrariando os avanços nos estudos feministas de identidade de gênero. Frases como “mulher-bicho”, “meu corpo sabe parir” e “natureza perfeita” são frequentemente utilizadas nos depoimentos das parturientes.

Para compreender um pouco mais os sentidos presentes nestas publicações, utilizamos o blog *Relatos de Parto* da fotógrafa e doula Leila Beltrão. A escolha pelo blog se deu unicamente pela organização de relatos e pelas possibilidades de divulgação das fotografias. Os relatos fazem parte do livro *Parto Humanizado, uma visão artística sobre o poder do feminino* publicado pela fotógrafa, e trazem os depoimentos e fotos de quatorze mães, todas de parto natural humanizado, sobre o momento do nascimento do filho.

Dos relatos presentes no Blog percebemos algumas similaridades e, didaticamente, dividimos em duas categorias: a descrição de todos os detalhes do dia do parto, como se fosse um espetáculo, destacando as músicas ouvidas, as cores da

decoreção, os cheiros e os papéis representados pelos presentes: as ênfases são no marido, no filho mais novo (quando era o caso), na doula e na fotógrafa; e a valorização da dor sem utilização de nenhum tipo de anestesia ou intervenção médica como parte constituinte de uma “boa mãe”. Aqui também cabe a visão negativa e frustradora atribuída ao parto cesáreo (cesariana).

Uma observação pertinente é que as mulheres pertencentes a este projeto parecem ter um alto capital cultural e financeiro, visto que em seus próprios depoimentos afirmam a dificuldade em se achar profissionais disponíveis para fazer este tipo de parto em seus domicílios e permanecer ali durante todo o processo, que pode ser longo. Alguns relatos contam que todo o processo levou mais de 24 horas. Os relatos serão apresentados em itálico, seguindo as normas da ABNT⁴.

A correspondência dos relatos à lógica do espetáculo foi a segunda categoria de interpretação observada neste artigo. Retomando Gregolin (2008) e Hall (2016) temos que a linguagem, mídia e os demais sistemas de representação, fornecem *materialidade* aos discursos. E é a partir dessa materialidade discursiva que o sujeito se constitui.

Por isso, as narrativas das mães procuram materializar os aspectos subjetivos do momento do parto. “*Fiquei em casa durante toda a madrugada, ouvindo as músicas que eu escolhi, me maquiei, me preparei*”, diz uma das relatoras do Blog. Talvez não seja muito comum ouvir isso de alguém que está em trabalho de parto. Porém, é corriqueiro entre as mães que depõem no Blog *Relatos de parto*.

É fácil perceber a existência de uma produção para as fotos. As mães que optaram por não deixarem os seios à mostra, usam bonitas lingerie. Algumas aparecem maquiadas, com unhas feitas, usando adornos e acessórios pelo corpo. Além de todo cuidado percebido na iluminação, decoreção da casa, e da constante presença do marido e do filho mais novo (quando é o caso).

Alguns relatos que se somam as fotografias: “*Neste mundo lindo, esperamos o dia clarear. Naquela atmosfera, esperamos o meu filhinho chegar*”; “*É visceral, é divino, é caótico. É a natureza exercendo seu papel*”; “*Minha filha acordou e viu aquela movimentação. Foi quando ela veio, beijou a minha barriga, me deu carinho. Tenho fotos lindas desse momento*”.

⁴ Todos os relatos estão disponíveis no blog *Relatos de Parto*. Disponível em: < <https://relatosdeparto.com> > Acesso em 06 jan. 2019.



Figura 1: Fotos do Blog *Relatos de Parto*, de Lela Beltrão (RELATOS DE PARTO, 2019).

A fotografia tem uma importância fundamental e não é apenas por conta do projeto fotográfico do livro ou do olhar artístico da fotógrafa. O registro em foto e vídeo materializa e dá visibilidade a todo aquele momento em que a mãe está “parindo”. É preciso publicizar isso para que todos vejam que ela está “dando o seu melhor” para ser vista como uma “boa mãe”. Por isso, muitas vezes a fotógrafa, com seu objeto mágico – a câmera – é colocada no mesmo nível de importância dos profissionais do parto (ou até mesmo mais importante):

Chegou a doula. Ufa, a Janie está aqui. Chegou a parteira. Agora o bebê pode nascer. Chegou a fotógrafa. Acho que está tudo caminhando bem. Chegou a obstetra. Parece que está próximo. Chegou a pediatra. Pronto, agora ele vai nascer.

Não só a fotografia, mas a música também compõe o ambiente de espetáculo, estando presente em grande parte dos testemunhos: “Foi tudo fantástico! As músicas tocando, meu marido comigo, minha amiga ao meu lado, a fotógrafa, que às vezes desaparecia, de tão discreta e cuidadosa”; *Lembro-me de ouvir o som da música do Nando tocando ao fundo e de sentir uma profunda Gratidão por todos os momentos vividos até ali*”; “No Spotify, aleatoriamente, começou [a música] Anunciação”; “A

sensação que tínhamos era como se alguém tivesse acendido holofotes, pois era possível perceber a luz que irradiava. Eu me senti poderosa, maravilhosa, a melhor das melhores, uma deusa”.

Passamos agora para a outra categoria de interpretação: a dor e a resistência à cesárea e as intervenções médicas. Os relatos seguintes demonstram a frustração em relação a cesarianas realizadas no primeiro filho:

Como a maioria das mães que buscam um parto humanizado, tive uma primeira experiência de parto bem frustrante, de uma cesariana. [...] Tenho uma amiga muito próxima, que também, por conta de uma experiência frustrada, se tornou doula e teve um parto domiciliar humanizado;

Até hoje tento entender, ou aceitar, os motivos que me levaram a uma cesárea agendada [...]. A cicatriz que seguiu fazendo parte do corpo não era maior que a do coração. O leite que empedrou o peito nos primeiros dias estava preso como as lágrimas que eu não conseguia soltar. Meu filho chorava meu choro de decepção por não entender porque meu corpo não tinha funcionado;

A cesárea, cirurgia de médio porte, é recomendada em casos de complicações reais para a mãe e para o bebê e necessita, portanto, de indicação médica. Conforme a Organização Mundial de Saúde (REAÇÕES, 2019), o índice aceitável de cesarianas fica em torno de 15%. A cesárea é colocada como a principal justificativa para as mães que decidem fazer o parto natural domiciliar. No entanto, existem depoimentos que abominam também o parto normal realizado em hospitais, por conta das intervenções médicas:

Meu primeiro filho, Pietro, nasceu de um parto vaginal, em um hospital, com algumas intervenções. Intervenções que suportei, aceitei e calei. [...]. Ferida fechada, cicatriz para sempre aqui. Engravidei do segundo filho, Giulia. E dessa vez não me calaria, não aceitaria, não abaixaria a cabeça. Informada e empoderada, fui para a luta e pari lindamente no aconchego do meu lar, ao lado das pessoas que mais amo nessa vida.

A questão da intervenção médica e do ambiente hospitalar tem um peso enorme na concepção do que seria um parto ideal para estas mães. Permitir a dor e não usar anestesia, nem qualquer intervenção médica, se torna uma materialização da identidade de “boa mãe”, conforme constatamos nos seguintes relatos: “É cruel, é doloroso, dá

medo, dá vontade de pedir para parar tudo. Mas ao mesmo tempo é sereno, é transcendental”;

Então, eu estava com muita dor, já com a dilatação total. Eram momentos mais preocupantes, mas eu não questioneei, não pedi anestesia em momento algum. Cheguei a considerar, mas não pedi. Fazia o que era possível, controlando a dor, em paz e muito segura daquilo que escolhi;

O tempo foi passando lentamente e essas contrações foram aumentando e se intensificando, até que já não era mais dor, já não era mais ansiedade e sim, um estado de transe cada vez mais sereno, que resultou na chegada do Roque à luz de velas, após mais de 20 horas dos seus primeiros sinais. Meu filho nasceu em casa;

Contrações muito intensas [...]. E vinham contrações bizarras de fortes, ondas gigantes, mares nunca surfados. E entre as ondas, calma. Eu falecia entre cada contração. Sentia quando começava, ia aumentando, ficava insuportável e passava. E foi assim, depois de uma contração e muita força, que saiu sua cabeça, meu amor. E o tempo parou. A dor sumiu e uma alegria intensa tomou conta do meu coração;

As contrações estavam cada vez mais intensas e ritmadas. O combo bola, chuveiro e vocalização realmente ajudavam aliviar a dor. Vômito e tampão. Eu estava entregue. [...]. Faltava muito pouco. Não conseguia acreditar que tinha conseguido chegar até ali sem nenhuma analgesia ou intervenção. Desde o começo sabia que para ter você no nosso lar eu teria que me entregar à dor. Nasceu depois de quase 16 horas, num parto respeitoso, sem intervenções e no calor da nossa casa;

As dores vinham de 1 em 1 minuto e eu estava tão cansada que dormia no intervalo... e quando a dor chegava eu me agarrava no Se [marido da depoente] com as unhas e puxava pra baixo com muita força... as costas dele ficaram uma graça! E meus braços ficaram roxos... Isso deve ter durado umas 3 horas.

Ao valorizar a dor e repudiar a anestesia ou procedimentos médicos, estes relatos nos mostram uma semelhança com as narrativas heroicas ou mesmo com as narrativas de autoajuda e da cultura da inspiração. Nestas narrativas o protagonista – o “herói” ou quem “venceu na vida” – sofre muitos percalços antes de conseguir a vitória ou alcançar o sucesso. Entretanto, estas narrativas em forma de relatos, em primeira pessoa, com fotografias e registros em redes sociais, servem para inspirar outras mulheres quando chegarem naquele momento. Às mães que relataram, fica a sensação de que escolheram

a experiência certa para ser uma “boa mãe”. Ao mesmo tempo, estas mães não possuem apenas uma identidade. Fica então, a reflexão de que não se pode afirmar o que seria uma ‘boa mãe’; afinal, cada uma delas é contextualizada por uma história, pela sua história.

Referências bibliográficas

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Identidade**: objeto ainda não identificado? Estudos da Língua(gem). v.6, n.1, jun 2008, p.81-7. Disponível em: < <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/88/190> > Acesso em 20 dez. 2018.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In SILVA, Tomaz, Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. pp. 103- 133.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2016.

REAÇÕES a vídeo de parto normal geram debate na internet. **Catraca Livre**. 22 maio 2018. Bem Estar. Disponível em: < <https://catracalivre.com.br/saude-bem-estar/video-de-parto-normal-debate-internet/> > Acesso em 02 jan. 2019.

RELATOS DE PARTO. **Blog Relatos de Parto**. Leila Brandão. Disponível em: < <https://relatosdeparto.com> > Acesso em 10 jan. 2019.

SCAVONE, Lucia. **A maternidade e o feminismo**: diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu. Campinas-SP. n. 16, p.137-150, 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf> > Acesso em 28 dez. 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. n.20 v.02, p.71-99, jul/dez, 1995.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, TOMAZ, Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 9 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009. pp. 7-70.